

PARECER Nº 1108/2025

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

E

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

PARECER Nº 1108/2025

Processo: 54854/2025 (*Apenso*: Emenda nº 160/2025)

Autoria: Vereador RANALLI.

Assunto: “EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI QUE “ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026””

ANÁLISE – PARECER CONJUNTO.

RELATOR ÚNICO.

I - RELATÓRIO

O autor pretende com a matéria destinar **R\$ 147.000,00 (cento e quarenta e sete mil reais)**, para pagamento de adicional de periculosidade aos servidores da Guarda Patrimonial.

Os recursos são provenientes da anulação de despesa da Secretaria Municipal de Comunicação.

É o relatório.

II - ANÁLISE DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Sem delongas, nota-se que a emenda proposta não se desincumbiu de demonstrar o atendimento aos requisitos expressamente previstos no Art. 166, § 3º da CRFB/88, bem como ao Art. 104, § 1º, I da Lei Orgânica do Município e ao Art. 33 da Lei 4320/64.

O mencionado dispositivo da Carta Magna implica na necessidade de demonstração de compatibilidade do projeto com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, no aspecto de consonância material.

Ocorre que, ainda que eventualmente superado tal critério de faceta marcadamente meritória e que os recursos não sejam provenientes de anulação de despesa com pessoal, serviços da dívida ou transferências tributárias, incide a vedação retro mencionada relativa ao Art. 33 da Lei 4320/64, recepcionada com status de norma geral sobre direito financeiro. Eis o trecho específico cujo atendimento não está verificado:



Art. 33. Não se admitirão emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem a:

- a) **alterar a dotação solicitada para despesa de custeio**, salvo quando provada, nesse ponto, a inexatidão da proposta;*
- b) **conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes**;*
- c) conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado;*
- d) conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.*

Não se comprovou, portanto, a inexatidão da proposta de alteração relativa à despesa de custeio, descumprido o requisito formal que, nessa percepção, fulmina a validade jurídica da propositura.

Além disso, descumprido o requisito negativo contido na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 nº 7330/2025 relativo à demonstração de que a anulação procedida não afeta a manutenção das atividades essenciais dos órgãos e entidades:

Art. 28 *Ao projeto de lei orçamentária não poderão ser apresentadas emendas que:*

e) *manutenção das atividades essenciais dos órgãos e entidades;*

Além disso, é necessário observar que a reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo para a apresentação da lei do orçamento não decorre de simples escolha política do Constituinte. Imperioso se ater ao fato de que a proximidade do gestor da atividade administrativa implica no conhecimento fenomênico e técnico necessário para a mais robusta compreensão dos custos da atividade estatal e dos procedimentos de quantificação dos recursos alocados no orçamento.

O Poder Legislativo, distante da atividade concreta de execução dos serviços custeados com recursos do orçamento, tem o dever de preservar tal consectário específico do princípio da separação dos poderes. Com base nisso, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica na interpretação de que a atividade legiferante de emendar o orçamento deve guardar o requisito de pertinência temática:

Inclui-se, nas competências do Chefe do Poder Executivo, a prerrogativa de participar das decisões relacionadas à destinação da receita do ente federativo que integra, competindo-lhe, em razão disso, a iniciativa dos diplomas legislativos orçamentários.



*Os dispositivos impugnados são originados de emenda parlamentar e, nesse sentido, no presente juízo cautelar, **verifico que não foi observada a necessária relação de pertinência com a proposta original apresentada pelo Chefe do Executivo.***

(...)

há de se impedir que a execução orçamentária e financeira a cargo do Poder Executivo seja inviabilizada ou mesmo que o ciclo orçamentário fique prejudicado de forma desproporcional. (STF - ADI: 7643 PB, Relator.: ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 15/05/2024, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 17/05/2024 PUBLIC 20/05/2024)

Nessa linha, conclui-se que a emenda proposta reputa-se formal e materialmente inválida, pois em desacordo com os preceitos jurídico-orçamentários aplicáveis.

CONCLUSÃO.

De acordo com o acima exposto, a Emenda não atende aos requisitos de validade jurídica, impondo-se sua rejeição.

VOTO CFAEO.

Voto do relator pela REJEIÇÃO.

III - ANÁLISE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

EXAME DA MATÉRIA

CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE

Inicialmente, imprescindível mencionar que a regulamentação constitucional, e portanto atinente aos aspectos de interesse desta comissão, sobre o tema, está contida no Capítulo das finanças públicas da CRFB/88, do qual se destaca os seguintes dispositivos:

Art. 163. Lei complementar disporá sobre:

I - finanças públicas;

(...)

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

(...)

§ 9º Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes



orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Conforme asseverado no exame incipiente da matéria, a lei que regulamenta tais dispositivos é a lei nº 4320/64 que dispõe sobre as normas gerais de direito financeiro, recepcionada com status de Lei Complementar. A evidenciada desobediência aos preceitos do diploma, além do não cumprimento de requisitos previstos no Art. 166, § 3º da Carta Magna implica na inconstitucionalidade reflexa do projeto, que, portanto, não merece aprovação.

Dessa forma, o orçamento-programa, a partir dos princípios orçamentários aplicáveis, não é o instrumento próprio para promoção indiscriminada de compromissos públicos, ainda que tendentes à realização de Direitos Fundamentais, posto que os princípios da Reserva do Possível, do Planejamento, da Programação, da Universalidade, do Orçamento Bruto, da Vedação da Concessão de Créditos Ilimitados exigem que a atividade orçamentária seja previamente planejada segundo critérios técnicos e assunção de escolhas que não são incumbência do Senhor Vereador, mas do agente próximo do exercício da Função Administrativa, ciente das consequências das escolhas orçamentárias e o custo da atividade estatal e das doutrinariamente chamadas escolhas trágicas.

Desta forma, considerando que o projeto não obedeceu aos ditames de direito financeiro que regulamentam as previsões do capítulo das finanças da Constituição Federal, impõe-se sua rejeição.

2. REGIMENTALIDADE.

A Emenda atende parcialmente as exigências regimentais.

3. REDAÇÃO.

A Emenda atende parcialmente as exigências redacionais.

4. CONCLUSÃO

Destarte, vê-se que a emenda em comento, ao menos no que diz respeito aos seus aspectos legais, não está em consonância com os dispositivos jurídicos aplicáveis.

5. VOTO CCJR.

Voto do relator pela REJEIÇÃO.



Cuiabá-MT, 19 de dezembro de 2025



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100360035003700330035003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Alex Rodrigues** em 19/12/2025 08:50

Checksum: **5616007A02B0A9419A4E39E7D59A155CB233DCE2CF89FBA395A54D91D07684CA**



Autenticar documento em <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade> com o identificador 3100360035003700330035003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.